

3ª CÂMARA CÍVEL

AÇÃO RESCISÓRIA Nº 299563-9

NPU 0003123-07.2013.8.17.0000

AUTOR: BANDEPREV – BANDEPE PREVIDÊNCIA SOCIAL

RÉU: NOEL DE HOLANDA

RELATOR: DES. BARTOLOMEU BUENO

ACÓRDÃO

AÇÃO RESCISÓRIA - AÇÃO ORDINÁRIA DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA JULGADA PROCEDENTE - ALEGAÇÃO DE ERRO DE FATO E DE VIOLAÇÃO A EXPRESSA DISPOSIÇÃO DE LEI - INEXISTÊNCIA - AÇÃO JULGADA IMPROCEDENTE - DECISÃO UNÂNIME.

I – Consoante se firmou na doutrina e na jurisprudência pátrias, o cabimento da ação rescisória por erro de fato exige a convergência dos seguintes requisitos: (a) a sentença rescindenda precisar estar fundada no erro, de maneira que a sua correção levaria à conclusão diversa; (b) o erro deve ser apurável mediante simples exame de documentos e exames dos autos, dispensando-se dilação probatória; (c) inexistência de controvérsia sobre o fato; (d) ausência de pronunciamento judicial sobre o fato. Tal hipótese não autoriza a rescisão da decisão de mérito e o proferimento de uma nova decisão por má avaliação da prova da matéria controvertida (STJ, 3ª Turma, REsp. 225.309/SP, rel. Min. Nancy Andrighi, j.m.v. 06.12.2005, DJ 22.05.2006, p. 190).

II - Ação rescisória não se presta a correção de uma suposta injustiça e nem para que se proceda a uma nova instrução probatória.

III - Na esteira desse pensamento, tem-se que se o juiz, errando na apreciação da prova, disse que decidia porque o fato ocorrera (apesar de provada nos autos a não ocorrência), ou porque o fato não ocorrera (apesar de provada a ocorrência), não se configura o caso do inciso IX. A sentença, conquanto injusta, não será rescindível, já que o erro deve decorrer de “desatenção” e não do acerto ou desacerto do julgamento, por má apreciação do acervo probatório.

IV – Na espécie, o fato reputado inexistente pela BANDEPREV diz respeito ao atendimento dos requisitos para a obtenção do benefício da previdência suplementar, por entender que a demissão do empregado (12/02/1980) teria ocasionado a quebra do vínculo necessário à obtenção do benefício da suplementação de aposentadoria no ato da aposentação por invalidez (01/08/84), ao passo que o acórdão (fls. 458/459) ora atacado pronunciou-se de forma expressa a respeito, tendo concluído de forma diversa da pretendida pela ora demandante, com base na interpretação que extraiu dos elementos colacionados aos autos.

V – Evidencia-se que o julgado ora fustigado não decorreu de erro quanto à existência ou inexistência de fatos, mas de interpretação do julgador mediante a apreciação do acervo probatório de que dispunha.

VI – De outro modo, é de se ressaltar que a ação rescisória por tal fundamento pressupõe que o equívoco do magistrado acerca do fato seja a causa determinante para o julgamento reputado injusto. Ora, da análise dos autos, permite-se concluir que o julgador concluiu pela procedência do direito à complementação da aposentadoria, em razão de vislumbrar o preenchimento dos requisitos necessários, tendo por base o Artigo 19 e seguintes do Estatuto da Bandeprev – fls. 182 e art. 59 do Estatuto da Caixa de Previdência – fls. 112 e não por presumir que o réu não foi demitido em 12/02/82.

VII – Não houve violação ao art. 884 do CC, tendo em vista que a causa para a concessão do benefício de suplementação de aposentadoria, consistente no preenchimento dos requisitos previamente estabelecidos, foi reconhecido judicialmente. Assim, a decisão ora fustigada não resultou em contrariedade expressa ao respectivo dispositivo, não lhe negou vigência, se equivocou quanto à qualificação jurídica dos fatos, tampouco imprimiu interpretação divergente da firmada por tribunal superior.

B. B.

VIII - Tal hipótese de ação rescisória constitui mecanismo de discussão de estrito direito, de forma a não se permitir o reexame de fatos ou de provas para a demonstração da suposta violação. Assim, resta patente, neste particular, a inadmissibilidade da rescisória, eis que a configuração da hipotética ofensa à regra do art. 884 do Código Civil depende de reexame dos requisitos para a suplementação de aposentadoria.

IX – Ação rescisória julgada improcedente a unanimidade de votos.

X – Condenação do autor em custas e honorários sucumbenciais no percentual de 10% sobre o valor da causa, nos termos do art. 20, §4º do CPC.

XI - Reverta-se, em favor do réu, a importância depositada nos termos do art. 494 do CPC.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Ação Rescisória nº 299563-9, em que figuram como autora a **BANDEPREV – BANDEPE PREVIDÊNCIA SOCIAL** e, como réu, **NOEL DE HOLANDA**, acordam os desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na conformidade da ata de julgamento, à unanimidade de votos, em **JULGAR IMPROCEDENTE** a demanda, condenando o autor nas custas processuais, já satisfeitas, e honorários advocatícios no percentual de 10% sobre o valor da causa, nos termos do art. 20, §4º do CPC, revertendo-se, em favor do réu, a importância depositada nos termos do art. 494 do CPC, tudo conforme o voto do Relator.

Recife, 1º de julho de 2014.


Desembargador Bartolomeu Bueno
RELATOR

1º GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS

AÇÃO RESCISÓRIA Nº 299563-9

NPU 0003123-07.2013.8.17.0000

AUTOR: BANDEPREV – BANDEPE PREVIDÊNCIA SOCIAL

RÉU: NOEL DE HOLANDA

RELATOR: DES. BARTOLOMEU BUENO

RELATÓRIO

Trata-se de Ação Rescisória desferida contra acórdão da 4ª Câmara Cível deste TJPE que, nos autos da Ação Ordinária de Complementação de Aposentadoria (processo nº. 0000594-85.2008.8.17.0001), negou provimento a Recurso de Apelação em face de sentença que julgou procedente o pedido formulado na inicial para determinar a inclusão da complementação da aposentadoria por invalidez aos proventos do autor, condenando, ainda, ao pagamento das parcelas vencidas e não prescritas, além das custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados na base de 15% (quinze por cento) sobre o valor do débito.

Fundamenta a presente ação rescisória na hipótese prevista no art. 485, V e IX do CPC – violação literal a disposição de lei e erro de fato.

Alega o autor, em síntese, violação ao art. 884 do Código Civil (Princípio que veda o enriquecimento ilícito), uma vez que não caberia ao Judiciário impor o pagamento de complementação de aposentadoria a terceiro estranho à entidade, que nunca teria contribuído para o custeio e que não ostentava vínculo jurídico com CAPRE, de modo que teria contemplado com o benefício complementação de aposentadoria a quem não faria jus.

Insurge-se, também, contra o acórdão por ter incorrido supostamente em erro de fato, afirmando que se deixou de considerar um fato provado documentalmente nos autos e incontroverso no processo que resultaria na conclusão de que o réu jamais teria direito a exigir complementação de aposentadoria, sob o argumento de que o demandado teve seu vínculo previdenciário com a CAPRE extinto em função da rescisão de seu contrato de trabalho, em fevereiro de 1980, tendo a aposentadoria por invalidez apenas sido concedida em 1984; e a ausência de vínculo com a BANDPREV, constituída 02 (dois) meses após a rescisão.

Citado a réu (fl. 716), a mesma apresentou contestação (fls. 719/723), requerendo, em suma, a improcedência da ação.

Parecer da douta Procuradoria de Justiça (fls. 835/839), opinando pela improcedência da Ação Rescisória, ante a improcedência da alegação de erro de fato, bem como em virtude da não demonstração da aludida violação literal a disposição de lei.

É o relatório.

À douta revisão.

Recife,

17-7-2013

Desembargador Bartolomeu Bueno
Relator

3ª CÂMARA CÍVEL	
AÇÃO RESCISÓRIA Nº 299563-9	NPU 0003123-07.2013.8.17.0000
AUTOR:	BANDEPREV – BANDEPE PREVIDÊNCIA SOCIAL
RÉU:	NOEL DE HOLANDA
RELATOR:	DES. BARTOLOMEU BUENO
VOTO – JUÍZO RESCINDENTE	

Trata-se de ação rescisória proposta pela BANDEPREV com o fito de, com fundamento nos Arts. 485, incisos V e IX, do Código de Processo Civil, desconstituir acórdão deste E. Tribunal de Justiça, lavrado pela Quarta Câmara Cível nos autos da Ação Ordinária de Complementação de Aposentadoria nº 0000594-85.2008.8.17.0001.

Em síntese, a parte autora sustenta que o julgamento de mérito merece ser rescindindo, sob o fundamento de que teria incorrido em erro de fato, por desconsiderar fato comprovado documentalmente e incontroverso nos autos, pelo qual, o réu, na ocasião da aposentadoria, não mantinha vínculo jurídico com a CAPRE, assim como, não havia preenchido os requisitos previstos nos respectivos regulamentos para auferir o benefício previdenciário que lhe foi reconhecido pela decisão judicial rescindenda.

Ademais, alega que a manutenção do teor decisório ora impugnado violaria a regra do art. 475 do Diploma Civil, que veda o enriquecimento sem causa, na medida em que seria incabível a imposição de responsabilização da autora por evento estranho às suas obrigações e em relação a terceiro a ela não vinculado.

Passando ao mérito da presente Ação Rescisória, a mesma não merece provimento, uma vez que os requisitos para a rescisão não estão preenchidos, senão vejamos.

I - DA ALEGAÇÃO DE ERRO DE FATO.

Antes de tudo, é importante esclarecer que a ação rescisória não se presta a correção de uma suposta injustiça e nem para que se proceda a uma nova instrução probatória.

Consoante se firmou na doutrina e na jurisprudência pátrias, o cabimento da ação rescisória por erro de fato exige a convergência dos seguintes requisitos: (a) a sentença rescindenda precisar estar fundada no erro, de maneira que a sua correção levaria à conclusão diversa; (b) o erro deve ser apurável mediante simples exame de documentos e

exames dos autos, dispensando-se dilação probatória; (c) inexistência de controvérsia sobre o fato; (d) ausência de pronunciamento judicial sobre o fato.

O processualista Cássio Scarpinella Bueno¹ leciona que tal hipótese não autoriza a rescisão da decisão de mérito e o proferimento de uma nova decisão por má avaliação da prova da matéria controvertida (STJ, 3ª Turma, REsp. 225.309/SP, rel. Min. Nancy Andrighi, j.m.v. 06.12.2005, DJ 22.05.2006, p. 190). Não se trata da possibilidade de ser realizado um novo julgamento, que pudesse fazer as vezes de um verdadeiro recurso de apelação.

Luiz Guilherme Marinoni e Sérgio Cruz Arenhart, ao comentarem a possibilidade do ajuizamento da ação rescisória com tal fundamento, afirmam:

"(...) a admissão da rescisória, neste caso, é subordinada aos seguintes requisitos: i) que a sentença esteja baseada em erro de fato; ii) que esse erro possa ser apurado independentemente da produção de novas provas; iii) que sobre o fato não tenha havido controvérsia entre as partes; iv) que não tenha havido pronunciamento judicial sobre o fato. Se o fato foi objeto de cognição mediante prova (ou seja, de valoração) no curso do raciocínio que o juiz empregou para formar seu juízo, não cabe rescisória."²

Fredie Didier Jr. e Leonardo José Carneiro da Cunha, no mesmo sentido, aduzem:

"Em outras palavras, o juiz, no erro de fato, *supõe* ou *imagina* que um fato existiu, quando, na verdade, nunca ocorreu ou vice-versa. O juiz, no erro de fato, não se pronuncia sobre o fato; *supõe* ou *imagina* tenha existido o fato inexistente ou vice-versa."³

Assevere-se que, no âmbito jurisprudencial, restou, ainda, consolidado o entendimento consoante o qual "não cabe ação rescisória para melhor exame da prova dos autos" (STJ, 1ª Seção, AR 3.731-AgRg, Min. Teori Zavascki, j. 23.05.07, DJU 04.06.07).

Na esteira desse pensamento, tem-se que se o juiz, errando na apreciação da prova, disse que decidia porque o fato ocorrera (apesar de provada nos autos a não ocorrência), ou porque o fato não ocorrera (apesar de provada a ocorrência), não se configura o caso do inciso IX. A sentença, conquanto injusta, não será rescindível, já que o erro deve decorrer de "desatenção" e não do acerto ou desacerto do julgamento, por má apreciação do acervo probatório.

No caso concreto, é possível verificar que o acórdão rescindendo, confirmou os termos da sentença de 1º grau, tendo-se entendido que houve o efetivo implemento das

¹ BUENO, Cássio Scarpinella. Curso de direito processual civil, v. 5, 3ª ed., São Paulo: Saraiva, 2011.

² MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. *Processo de Conhecimento*. São Paulo: RT, 2011, p. 658.

³ *Curso de Direito Processual Civil: meios de impugnação às decisões judiciais e processos nos tribunais*. Salvador: Juspodivm, 2012, p. 448.

condições para a obtenção da suplementação da aposentadoria, por se considerar que o réu ostentava a situação de beneficiário do plano na ocasião da sua aposentação por invalidez, em 01/08/84, não obstante a tese da ora autora, no sentido da ausência do direito pleiteado, com fundamento na demissão do demandado, em 12/02/80, conforme documento de fls. 37.

Assim, faz-se imperioso concluir que o fato que a BANDEPREV se refere como inexistente diz respeito ao atendimento dos requisitos para a obtenção do benefício da previdência suplementar, por entender que a demissão do empregado (12/02/1980) teria ocasionado a quebra do vínculo necessário à obtenção do benefício da suplementação de aposentadoria no ato da aposentação por invalidez (01/08/94), ao passo que o acórdão (fls. 458/459) ora atacado pronunciou-se de forma expressa a respeito, tendo concluído de forma diversa da pretendida pela ora demandante, com base na interpretação que extraiu dos elementos colacionados aos autos.

Destaque-se o seguinte trecho do Voto Condutor (462/460):

"(...) Bem, na verdade, como observado pelo magistrado a quo, o próprio Estatuto da demandada previa, como condição do contrato de trabalho, o ingresso de todos os empregados admitidos à Caixa de Previdência, inclusive de forma irrevogável, fato que leva a concluir pela aderência do autor ao plano em questão, pagando contribuições, não havendo que se falar em inobservância ao princípio constitucional antes mencionado.

Tendo sido concedida ao apelado uma aposentadoria por invalidez em 1984, e observar as condições para a implementação do benefício pretendido naquela ocasião (Artigo 19 e seguintes do Estatuto da Bandeprev – fls. 182 e art. 59 do Estatuto da Caixa de Previdência – fls. 112), a concessão da suplementação da aposentadoria de impõe, como estabelecido na sentença guerreada (...)"

Desse modo, resta evidenciado que o julgado ora fustigado não decorreu de erro quanto à existência ou inexistência de fatos, mas de interpretação do julgador mediante a apreciação do acervo probatório de que dispunha.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica a respeito do tema:

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO RESCISÓRIA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL. ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. ALEGAÇÃO DE ERRO DE FATO. EXISTÊNCIA DE PRONUNCIAMENTO JUDICIAL SOBRE O FATO.

1. Não há falar em negativa de prestação jurisdiccional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.

2. A viabilidade da ação rescisória fundada em erro de fato pressupõe que não tenha havido controvérsia nem pronunciamento judicial sobre o fato.

3. Agravo regimental não provido. (AgRg no Ag 1324769/MG, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/05/2012, DJe 21/05/2012)

AÇÃO RESCISÓRIA. ALEGAÇÃO DE ERRO DE FATO. UTILIZAÇÃO DA VIA EXCEPCIONAL DA RESCISÓRIA COMO SUCEDÂNEO RECURSAL. INÉPCIA DA INICIAL. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. ARTS. 267, I, 295, § único, II, E 490, I, DO CPC. PRECEDENTES. PETIÇÃO INICIAL INDEFERIDA E AÇÃO EXTINTA SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. (Ação Rescisória Nº 70050911403, Terceiro Grupo de Câmaras Cíveis, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Antônio Corrêa Palmeiro da Fontoura, Julgado em 28/09/2012)

De outro modo, é de se ressaltar que a ação rescisória por tal fundamento pressupõe que o equívoco do magistrado acerca do fato seja a causa determinante para o julgamento reputado injusto. Ora, da análise dos autos, permite-se concluir que o julgador concluiu pela procedência do direito à complementação da aposentadoria, em razão de vislumbrar o preenchimento dos requisitos necessários, tendo por base o Artigo 19 e seguintes do Estatuto da Bandeprev – fls. 182 e art. 59 do Estatuto da Caixa de Previdência – fls. 112 e não por presumir que o réu não foi demitido em 12/02/82.

Com efeito, verifica-se que se trata de rediscussão da matéria, devidamente apreciada pelo juízo rescindendo, incabível em sede de ação rescisória, não sendo constatado qualquer erro de fato no julgamento da ação despeço.

Dessa forma, rejeito a alegação de erro de fato no julgado.

DA ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO À LITERAL DISPOSIÇÃO DE LEI.

No que tange à alegação da configuração da hipótese prevista no art. 485, V, do CPC, é de se destacar que o termo “violação à literal disposição de lei”, deve ser interpretado como ofensa a qualquer norma jurídica, seja pela decisão em sentido expressamente contrário ao seu dispositivo, pela aplicação descabida, pela indevida negativa de vigência ou, ainda, por erro na qualificação jurídica dos fatos, bem como, quando se diverge da interpretação dada à lei pelo respectivo tribunal superior.

Nesse diapasão, é possível afastar a alegação de violação à literal disposição do art. 884 do CC/02, em razão do suposto enriquecimento sem causa do réu, na medida em que se estaria concedendo aposentadoria complementar a quem não ostentava, à época da aposentadoria por invalidez, o necessário vínculo de associação com a CAPRE ou a participação em plano da BANDEPREV. Explico.

Prescreve o citado dispositivo:



"Art. 884. Aquele que, sem justa causa, se enriquecer à custa de outrem, será obrigado a restituir o indevidamente auferido, feita a atualização dos valores monetários.

Parágrafo único. Se o enriquecimento tiver por objetivo coisa determinada, quem a recebeu é obrigado a restituí-la, e, se a coisa não subsistir, a restituição se fará pelo valor do bem na época em que foi exigido".

Pois bem.

Nesse aspecto, a douta Procuradoria de Justiça analisou muito bem essa suposta violação ao art. 884 do CC/02, dispondo que

"não há na espécie o enriquecimento sem causa como alegado pelo autor, uma vez que o fundamento, ou a causa, para o pagamento do complemento do benefício previdenciário, do aqui demandado, resulta da relação jurídica entabulada entre o réu e a Caixa de Previdência e Assistência dos Funcionários do Banco do Estado de Pernambuco S/A – CAPRE.

Ora, uma vez reconhecida a relação jurídica existente entre o demandado e a demandante, bem como a implementação das condições necessárias ao recebimento do benefício reclamado, inarredável concluir pela ilicitude das parcelas recebidas pelo Réu". (fl. 839)

Dessa forma, não houve, portanto, em violação ao art. 884 do CC, tendo em vista que a causa para a concessão do benefício de suplementação de aposentadoria, consistente no preenchimento dos requisitos previamente estabelecidos, foi reconhecido judicialmente.

Assim sendo, não há que se falar em ofensa à regra proibitiva do enriquecimento ilícito, haja vista que a decisão ora fustigada não resultou em contrariedade expressa ao respectivo dispositivo, não lhe negou vigência, se equivocou quanto à qualificação jurídica dos fatos, tampouco imprimiu interpretação divergente da firmada por tribunal superior.

Outrossim, cumpre salientar que tal hipótese de ação rescisória constitui mecanismo de discussão de estrito direito, de forma a não se permitir o reexame de fatos ou de provas para a demonstração da suposta violação. Assim, resta patente, neste particular, a inadmissibilidade da rescisória, eis que a configuração da hipotética ofensa à regra do art. 884 do Código Civil depende de reexame dos requisitos para a suplementação de aposentadoria.

Diante do exposto, não se vislumbra, no caso em apreço, a alegada violação ao §1º, do art. 343 e art. 301, ambos do CPC, a motivar a desconstituição do julgado de primeiro grau.

DA CONCLUSÃO.

Ante tais considerações, com fundamento no art. 269, I do CPC, julgo improcedente o pedido de rescisão da sentença e, em consequência, condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais, já antecipadas, e honorários advocatícios sucumbenciais, estes fixado no percentual de 10% sobre o valor da causa, nos moldes do art. 20, § 4º, do CPC.

Reverta-se, em favor da ré, a importância depositada nos termos do art. 494 do CPC.

É como voto.

Recife, 18-6-2014



Desembargador Bartolomeu Bueno
Relator

0003123-07.2013.8.17.0000(299563-9) AR



+	-----	+
	TJPE	
	FLS.	
	847	
+	-----	+

CONCLUSÃO

*Nesta data, faço estes autos conclusos
ao Desembargador Francisco Eduardo
Goncalves Sertorio Canto, para revisão.*

Recife, 22 de outubro de 2013.

Rea. Mr
Diretoria Cível

em 13. 11. 13
vis.
Per pant.
Se C.